



Quando a modernização legitima o ordenamento: Controle social e resistências em Fernando de Noronha (1961-1971)

Allan Cavalcante Luna¹

Resumo

Relatos de memória das pessoas que vivenciaram e construíram o período em questão, e fontes documentais do Ministério do Exército, encontradas no Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE-PE), são utilizadas nesta pesquisa que objetiva analisar o rico cotidiano insular de Fernando de Noronha no período da administração militar do então Ten. Cel. Jayme Augusto da Costa e Silva, nos longos e ininterruptos 10 anos de seu governo no Território Federal de Fernando de Noronha. A ilha, historicamente marcada pela égide do militarismo, da ordem e da hierarquia, tem na efervescente década de 60 todo esse arcabouço ideológico intensificado, e desdobrado em um forte controle social por parte dos militares, sobre a subjugada população civil. Tal dominação se amparava numa idéia de modernização da ilha – na ocasião transformada em um celeiro de obras – que legitimaria esta subordinação sócio-econômica num contexto quase que de cunho paternalista. No entanto, a população civil, sobre a qual se tentava exercer este total controle, aparece como agente político ativo nas suas micro-resistências cotidianas, questionando, dentro de suas possibilidades reais, a situação sobre a qual se deparava forçadamente submetida.

Introdução

Fernando de Noronha possui hoje um patrimônio histórico imaterial de valor incalculável: a *memória* dos "cinquentenários" - habitantes mais antigos da ilha, que lá moraram desde meados dos anos 50, e que vivenciaram a opulenta realidade histórica insular.

Este trabalho utilizará como fontes de pesquisa histórica, portanto, esses ricos relatos de memória – as *fontes orais* – aliados às *fontes documentais* do Ministério do Exército, administradas pelo Arquivo Público Estadual João Emereciano (APEJE).

Durante quase toda a história do Arquipélago de Fernando de Noronha observa-se a presença marcante do militarismo, da ordem e da disciplina. Ao longo de todo o século XIX, a ilha recebeu um presídio comum, militar e civil, responsável por punir e corrigir os degredados provenientes do continente. A ressocialização desses presos sempre esteve associada à idéia de moralização, seja através de

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Pernambuco
Bolsista do Centro de Pesquisa Histórica e Cultural de Fernando de Noronha (CEPEHC-FN)
allanluna01@hotmail.com



métodos coercitivos, da constituição de famílias, do trabalho, ou do forte poder moralizador da religião.

Portanto, Fernando de Noronha se formou histórica e socialmente como uma sociedade altamente militarizada e hierárquica. Com o advento da República, continua a ilha com o objetivo de reclusão de presos. No entanto, especificamente em meados da década de 30, novos atores sociais passam a permear o cotidiano do presídio ilhéu: os presos políticos. O Governo Federal, a partir das Intentonas Integralista e Comunista, institucionaliza o *presídio político* e envia para a ilha os perturbadores da ordem social almejada pelo regime varguista.

Com o início Segunda Guerra Mundial, a ilha passa a ser vista com interesses estritamente ligados à questão da segurança nacional, e, portanto, passa a ser ponto estratégico na defesa do território brasileiro. Cria-se então o Destacamento Misto de Fernando de Noronha, responsável pela ocupação militar da ilha. A partir desse momento entra em cena na história noronhense uma personagem que atuará praticamente durante 40 anos na administração da ilha: *o exército*.

Com o fim da guerra, a relativa importância geoestratégica adquirida pelo arquipélago diminui. Em agosto de 1945 era extinto o Destacamento Misto.

A partir de então tem início o “*tempo dos coronéis*”, conforme a população da ilha, com seus característicos marcadores temporais – profundamente distintos da cronologia continental – se refere. Coronéis, ou outros militares de alta patente, revezaram-se no posto de governador da ilha durante praticamente quatro décadas.

O governador do território – agora federalizado – era também comandante da Guarnição Militar de Fernando de Noronha, nomeado diretamente pelo Ministério do Exército.

Este trabalho, portanto, objetiva reconstruir a realidade sócio-histórica da Ilha de Fernando de Noronha, especificamente dos anos que vão de 1961 a 1971, ou seja, durante o longo e ininterrupto comando / governo do coronel Jaime Augusto da Costa e Silva.

A ilha, historicamente marcada pela égide do militarismo, da ordem e da hierarquia, tem na efervescente década de 60 todo esse arcabouço ideológico intensificado, e desdobrado em um forte controle social por parte dos militares, sobre a subjugada população civil, notadamente com o advento dos anos



‘institucionalizadores’ entre 1964 e 1968, haja vista que o governo militar na ilha iniciara-se desde 1942.

A partir de abril de 64, a avalanche antidemocrática que explode no continente, chega a uma Noronha já profundamente enraizada pelo império da ordem e da subjugação. Inclusive sendo palco de um presídio para abrigou aqueles que foram de encontro à ideologia do golpe. Não existia lugar que expusesse melhor este sistema de idéias, para aqueles presos, do que Fernando de Noronha em 1964: um grande “quartel flutuante”, isolado nas águas límpidas e convulsas do Atlântico.

Nos dez anos em questão, o arquipélago de Fernando de Noronha era, portanto, protagonista de uma história que tinha como personagem a ideologia militar, nacionalista e ufanista. Todo cenário da ilha, neste período, voltava-se para o ordenamento, para a disciplina, para a vigilância e para o controle social. A população mesmo sendo civil, grande parte chegada de uma vida campestre no interior nordestino, depara-se com um sistema altamente hierarquizado, e sofre pesadas cargas com este militarismo exacerbado. A sujeição desta população reinava frente aos militares, grupo dominante que recebia inúmeros privilégios nesta micro-sociedade. Tal dominação se apoiava numa idéia de modernização da ilha – na ocasião transformada em um celeiro de obras – que legitimaria esta subordinação sócio-econômica num contexto quase que de cunho paternalista. No entanto, a população civil, sobre a qual se tentava exercer este total controle, aparece como agente político ativo em algumas micro-resistências cotidianas, questionando, dentro de suas possibilidades reais, a situação sobre a qual se encontrava forçadamente submetida.

1. A modernização de um arquipélago: uma justificativa de dominação

Fernando de Noronha, na década de 1960, aponta para uma onda modernização em vários níveis de vida do arquipélago. Transforma-se num celeiro de obras das mais diversas necessidades. Era o progresso atravessando o a barreira do mar, que antes deixara a ilha num completo esquecimento e isolamento.

Durante a Segunda Guerra Mundial a ilha foi vista como uma região importante para a segurança da nação, devido a sua posição estratégica. A partir daí ela desfrutará de alguns pequenos benéficos econômicos, revertidos em sua maioria



apenas para a reconstrução de uma infra-estrutura, necessária até mesmo para acomodação do destacamento. Desta maneira, as velhas construções do tempo do presídio passam a ser, paulatinamente, substituídas por outras. Conforme nos evidencia Beatriz Imbiriba acerca do tempo do Destacamento: “Para coroar esse sofrimento, a água salobra que já era racionada, não permitia as condições de higiene necessária. O beribéri e a desinteria, que há séculos vinha flagelando somente presidiários, caiu sobre os soldados” (IMBIRIBA, 1951). Condições elementares de vida começam a ser vagarosamente esboçadas: água, luz, alojamentos, hospitais, escola etc.

Com o término da Guerra, a ilha perde sua principal importância.

Vão ser constantes, neste período, os problemas de deficiência de verbas no arquipélago, sempre ligados ao desinteresse por parte dos governos do continente – de onde era proveniente a maior parte dos recursos financeiros do arquipélago – que persistiam em enxergar Fernando de Noronha como um lugar de isolamento e decesso. Não havia, portanto, uma visão de incorporação nacional do arquipélago, como existiu parcialmente no tempo da guerra.

Os comandantes, portanto, terão que afirmar a ilha como uma região importante para a nação, constantemente, em suas inúmeras solicitações de verbas aos mais diversos setores do governo federal. Nestes requerimentos e ofícios, logo, gastam-se laudas e mais laudas tentando-se justificar os pedidos de verbas e apresentando o arquipélago, para o continente, como uma localidade importante para a segurança e guarda nacional.

Aos poucos, o “arquipélago do diabo”, o “inferno verde”, a “ilha maldita”, vai se ‘metamorfoseando’ em um paraíso,. Essa transformação, no entanto foi muito lenta e bastante gradual. Do isolamento à integração nacional demandou-se tempo.

A modernização do arquipélago foi fundamental neste processo de ‘resignificação’ do olhar continental. Igualmente, a modernização foi também, ambigualmente, por ele possibilitada e fomentada.

Três grandes eventos agiram como promotores deste desenvolvimento insular. Primeiro, a presença americana entre os anos de 1957 e 1962, na medida em que o acordo para o estabelecimento na ilha de um posto para acompanhamento de projéteis tinha como requisito, que as construções e benfeitorias feitas na ilha deveriam ser incorporadas ao patrimônio brasileiro, sem indenizações. E assim, em



parte, aconteceu, especialmente com as acomodações físicas construídas na ilha pelos americanos. Segundo, o estabelecimento do convênio entre o Território Federal de Fernando de Noronha e a SUDENE, ou seja, o arquipélago passou a fazer parte da área de ação do órgão dentro do Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste, o que possibilitou a transferências e ampliação de verbas a serem aplicadas em melhorias das condições na ilha. E, por fim, a institucionalização do regime militar no Brasil, entre 1964 e 1968, possibilitou um alargamento da margem de influência política dos governadores da ilha – em particular, do coronel Jayme Augusto, administrador do território no período – frente ao governo federal, na medida em que os ideais militaristas e ‘revolucionários’ eram comungados por ambas as partes. Tal fato é evidenciado na medida em que o coronel Jayme Augusto permanece no comando da Guarnição Militar de Fernando de Noronha mesmo durante episódios chave da História do Brasil: o golpe de 64 e a publicação do AI-5. Portanto, durante o governo de três presidentes militares diferentes, Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, não há abalos na estrutura governamental do arquipélago, e desta maneira, durante seus 10 anos de governo conciliou e acordou com a ‘revolução’ para o restabelecimento da democracia no país.

Tais constantes modificações vão ter um reflexo imediato no discurso da imprensa escrita, nas décadas de 50 e 60, que começa a criar a imagem da ilha como um ambiente onde começava a “*reinar o progresso, a harmonia, e a liberdade*”, conforme uma manchete do jornal Diário da Noite, ou como lugar onde “*a soberania brasileira reina*” e onde “*existe pobreza, mas não miséria*”, segundo reportagem do Diário de Pernambuco. O turismo começa então, a ser fortemente difundido como uma das possibilidades da ilha de garantir sua autonomia econômica tão desejada pelos seus dirigentes. É somente na década de 1970 que a EMBRATUR desenvolve um longo estudo, extremamente minucioso, sobre as possibilidades do desenvolvimento e estabelecimento de um pólo turístico na ilha, haja vista que é apenas em tal período que a região encontra-se com uma infraestrutura capaz de suportar tal atividade.

No entanto, mesmo que tenha ocorrido este desenvolvimento ilhéu, tal evento não se desdobrou em uma melhoria econômica para a população civil. Pelo contrário, a modernização surgiu como uma idéia justificativa de um exacerbado



controle social, e inclusive trabalhista, desta população, conforme será abordado no subsequente tópico.

2. Uma ilha repartida injustamente: subjugação e controle social

As mudanças na economia da ilha não se desdobraram em melhoras substanciais para a população civil. Se a ilha melhorou em termos absolutos, continuou altamente desigual na composição sócio-econômica, logo se percebendo uma acentuada hierarquização social e das riquezas, sejam estas próprias do arquipélago ou provenientes do continente, dos acordos firmados com órgãos federais.

“Éramos obrigados a ficar de pé, quando o comandante [Cel. Jaime] passava, se não, podíamos ser prejudicados”, relata um entrevistado. Tal afirmação expõe e maneira clara a situação de sujeição da população civil do arquipélago. Provenientes, em sua maioria, da zona rural, do sertão nordestino, atraídos por propagandas que prometiam trabalho e dinheiro, depararam-se com uma realidade um pouco diferente, sendo preponderante, quase que exclusivamente, a primeira promessa.

Clarice Peixoto (1983), em sua pesquisa realizada no arquipélago *“Fernando de Noronha: ilha de sonhos e assombrações”* afirma ser a população subjugada, vigiada e mantida sob controle, por exemplo: na arquitetura de suas próprias casas, que eram construídas sistematicamente e organizadas de maneira que se pudesse ter uma observação constante da movimentação até mesmo no interior nas residências; na distribuição de alimentos no armazém, que era o maior reflexo da estrutura hierárquica e de sujeição montada pelo exército, na medida em que primeiro recebiam as comidas os oficiais superiores, depois os sargentos, subsequente os cabos, e depois os soldados, só então podiam os civis abastecer os seus lares com os gêneros alimentícios e mantimentos que restassem; nos clubes de diversão, que também refletiam a segregação social reinante em Fernando de Noronha na época, existindo agremiações específicas para cada segmento social, como o Clube dos Oficiais, somente freqüentado por estes, ou por convidados ilustres do continente, o Clube dos Sargentos, e o Clube dos Civis; na distribuição de passagens para o continente, instrumento que servia de barganha



para os militares para conseguirem favores e trabalho da população civil, além de ser um método de controle e sujeição eficaz, na medida em que para conseguirem as viagens até o continente os civis teriam que ‘andar na linha’.

Portanto, as mais profundas minúcias da vida cotidiana da população civil são alvo da vigilância e do ordenamento disciplinador dos militares, que por sua vez controlavam detalhadamente esta ‘micro-sociedade’.

Clarice (1983) expondo a situação no quadro geral dos trabalhadores, afirma que a ordem, a disciplina e a obediência imperavam, haja vista o grande poder de barganha que possuía administração do território frente a esta população, seja com as mínimas condições materiais de existência, como a concessão de alimentos, remédios, roçados, casas; seja com a facilitação ou criação de empecilhos para aquisição de passagens aéreas para o continente. Enfim, eram muitas as engenharias de manipulação nas mãos da classe militar dirigente.

A própria, às vezes, obrigatoriedade da presença dos ilhéus nas festividades em comemoração às datas selecionadas como importantes representações escolhidas pelos governos militares revolucionários, expõe bem a situação cultural de então imposta na ilha, como por exemplo, o dia de Tiradentes ou o dia da vitória das nações aliadas contra as nações do eixo, no fim Segunda Guerra Mundial. Tais figuras, ou festividades, aparecem como heróis ou lendas nacionais, justificando, como bem salientou Maria Helena Capelato (2006), a revolução, ou as revoluções ocorridas na segunda metade do século XX nas Américas, dentre essas o Brasil.

Percebe-se, deste modo, que os anos 64 e 68 não foram sentidos na mesma maneira em Noronha do que no continente, haja vista que a ilha já vivenciava profundamente um regime de ‘aquartelamento’ desde 1942. O que aconteceu durante a década de 60 em Fernando de Noronha foi uma energização e intensificação do controle e rigidez social já existente.

Portanto, seja na escola, nas vilas, no trabalho, ou no armazém de distribuição alimentar, no período de administração do coronel Jayme, ou no “*tempo do coronel Jaime*” – como se referem os moradores que habitavam a ilha naquela ocasião – aconteceu uma exacerbação da vigilância, e, sobretudo, da hierarquização social. Com o advento da ditadura militar, Fernando de Noronha tem deste modo, uma continuidade acentuada de seu processo de militarização, iniciado ainda em 1942.



Portanto, percebe-se que eram inúmeros os instrumentos e métodos utilizados pelo grupo hegemônico para estabelecer a sua ordem e sua dominação em detrimentos da população civil, seja na distribuição de pessoas no espaço, na arquitetura das casas, na distribuição de alimentos, nos clubes, nas passagens, etc.

A modernização surgiu assim, carregada de um discurso paternalista. O *coronel*, 'responsável' pela comunidade noronhense, aparece então como aquele que dá de presente as coisas à população, sua filha. Sendo assim, o castigo aparece como algo necessário, com o objetivo de educar e orientar, ou seja, para o seu próprio benefício da população. Atitude esta respaldada, ou legitimada, pelo processo de modernização da ilha realizado pelos militares.

Viu-se que a estrutura montada para a subjugação da população civil - que mesmo não fazendo parte do funcionalismo ou do quadro militar brasileiro, era tratada sob a égide da disciplina e da sujeição – era complexa e cheia de instrumentos e mecanismo que visavam a manutenção da situação de mandonismo, ou seja, era uma estrutura que visava o controle do poder pelo grupo militar hegemônico e que não admitiria qualquer que fosse a resistência. De fato, não foi o que aconteceu.

3. Resistências: a população civil e seus mecanismos de defesa

A população civil, de uma matriz campestre, por um lado poderia parecer passiva frente a esta dominação, devido às suas próprias origens. O Sertão nordestino, exemplo maior de mandonismo e rendição, se refletiria perfeitamente no arquipélago noronhense.

É óbvio, entretanto que a resistência existia nas mínimas ações do cotidiano dos camponeses civis.

Tais indivíduos, sobre os quais os militares tentavam desempenhar um domínio completo, aparecem também como personagens da história, ativos nas suas resistências cotidianas.

Ocorreram, portanto, questionamentos da ordem vigente, obviamente dentro das possibilidades reais de uma ilha, e a situação sobre a qual se achava forçadamente reprimida a população será alvo de obstinações.



Percebem-se como constantes transgressões disciplinares, por exemplo, o constante ingerir de bebidas alcoólicas. O álcool, elemento marcante em toda história noronhense – notadamente durante o tempo do presídio no século XIX – apareceu então como uma válvula de escape para uma população ‘insularizada’, esquecida e isolada, além de reprimida em suas ações. O comércio clandestino de aguardente era outro ponto, dentro desta rede ações extra-institucionais desempenhadas por parte destes atores esquecidos.

O alcoolismo, não raramente se desdobrava em conflitos, discussões e inexoravelmente em brigas e agressões físicas a militares subalternos e mesmo a outros civis, que abalavam constantemente a ordem insular.

Desta maneira, a desobediência em relação a horários, de trabalho ou de recolhimento (22h00min) e às prestações de serviços, ou mesmo as respostas ultrajantes e contrariações às ordens dos oficiais, os superiores socialmente, aparecem nas ocorrências policiais e intimações do período como visões límpidas de uma sociedade mantida imutavelmente sobre a constante pressão social. Expulsões, não só dos “agitadores”, mas de suas respectivas famílias, inteiras, não eram exceções no cotidiano insular.

No arquipélago, apesar do regime forte e coercitivo, não necessariamente de maneira física, do exército, órgão administrador da ilha de então, aparecia micro-resistências dentro desta mesma sociedade densamente controlada. E surgiam, senão as micro-resistências, as “não-adaptações”, mesmo que psicológicas, continente-ilha, algo dificultoso desde o tempo do império ou da colônia portuguesa. A ‘insularização’ é algo complexo de ser assimilado, particularmente por moradores adaptados à ‘liberdade’ da vida continental, tão desejada, às vezes, pelos ilhéus.

Considerações finais

São poucos os trabalhos acadêmicos acerca desta temática historiográfica, o que torna a realidade a ser pesquisada mais difícil, mais árida e mais complexa. No entanto, tal estudo, por conseqüência, torna-se cada vez mais necessário e fundamental para o próprio desenvolvimento do conhecimento da História do Brasil.

A década de 1960 em Fernando de Noronha, portanto, representa uma maximização do militarismo já organizado na ilha. A modernização insular aparece



como base desta dominação dos civis, que por sua vez, conforme foi visto, aparecem também constantemente pondo em desequilíbrio a ordem e a estrutura hierárquica de dominação imposta pelo poder hegemônico.

A produção historiográfica sobre a ilha é reduzida, e tal situação se agrava quando se trata dos sombrios anos da ditadura militar brasileira, ainda tão oculta, e abnegada muitas vezes propositalmente.

Portanto, fazem-se necessárias pesquisas relativas a este período trágico da nossa história contemporânea, com o desígnio de que apareçam outras verdades sobre o regime militar brasileiro, desconhecidas atualmente. Só desta maneira, poderá ser concluído, com este acesso a novas informações, um ciclo de abertura política verdadeira, justiça e cidadania.

Referências

CAPELATO, Maria Helena. **Memória da Ditadura Militar Argentina: um desafio para a história** IN CLIO, Revista de pesquisa histórica - Revista do PPGH/UFPE, n.24, V.1. Recife: UFPE: 2006.

IMBIRIBA, Beatriz de Labor. **História de Fernando de Noronha**. Recife: Imprensa Industrial, 1951.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Fernando de Noronha: Ilha de sonho e de assombração**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional 1983.

Fontes primárias

ARQUIVO PÚBLICO, Pernambuco. FN / Ministério do Exército.

EPV – Entrevistas do Projeto Vozes / Acervo: Centro de Pesquisa Histórica e Cultura de Fernando de Noronha (CEPEHC-FN).